

Enquanto nossos credores esperam soluções (pelo visto por mais algum tempo, como diz o ministro, abaixo), Bresser Pereira se prepara para a fase crucial da consolidação de seu programa econômico: o descongelamento de preços. Ela pode

começar com um abono salarial (duas hipóteses para esse acerto estão na página 10). E será feita de maneira gradual e, principalmente, silenciosa. Acompanhe, na página 11, a discussão sobre o salário mínimo: enquanto empresários querem do governo um plano

que eleve o salário mínimo a 100 dólares dentro de cinco anos, o máximo que o Executivo promete é um projeto de lei para elevá-lo 20% acima da taxa de inflação deste ano. Na 12, uma denúncia: calote do governo ameaça a sobrevivência de 330 empresas e 125 mil empregos.

Bresser: "Tenho pena dos credores"

O ministro da Fazenda, Bresser Pereira, disse ontem em São Paulo, logo depois de uma reunião de uma hora e meia com o governador Orestes Quêrcia no Palácio dos Bandeirantes, que o Brasil não pretende ir ao Fundo Monetário Internacional (FMI) antes de concluir acordos com os banqueiros privados. Lembrado de que os banqueiros querem que o Brasil primeiro negocie com o FMI, sofrendo um monitoramento, para somente depois voltar a emprestar dinheiro ao País, Bresser Pereira foi taxativo: "Eu vou ficar com muita pena desses banqueiros se eles ficarem pensando nisso, porque não vão receber nada enquanto estiverem com essa idéia".

O ministro da Fazenda afirmou que o acerto com os banqueiros é a fase mais importante do processo de renegociação da dívida externa, "para o qual inclusive não temos muita pressa". Bresser disse que o acordo com os banqueiros só será feito em bases que favoreçam o Brasil, com spread zero, garantia de financiamento pleno das necessidades do País nos próximos dois anos e automaticidade na obtenção de refinanciamento de juros.

Bresser Pereira explicou que esteve no Palácio dos Bandeirantes para discutir com o governador Orestes Quêrcia a situação econômica do País e não para buscar apoio para negociar com o FMI. Indagado se teria o apoio do PMDB para um acordo com o FMI, o ministro explicou que "terá o apoio necessário se realmente o plano econômico (de 12 de junho) continuar sendo aprovado pelo Fundo e aí não vejo por que não podemos fazer um acordo".

Quanto às dificuldades para a entrada de investimentos japoneses no Brasil, Bresser afirmou que ainda estamos iniciando as negociações com os empresários daquele país. "E espero que no próximo ano já tenhamos recursos japoneses, pois eles (os japoneses) não devagar nesse processo, o dinheiro não sai de um dia para o outro".

Flexibilização

Bresser Pereira disse que ainda este mês deverá ter início o processo informal de flexibilização dos preços e até 12 de setembro o processo formal se dará, quando for definida a primeira URP (Unidade de Referência de Preços). O ministro garantiu, no entanto, que tanto no processo formal como no informal "os aumentos serão sempre muito pequenos e graduais, de forma que não haja choques sobre os preços". Disse também ser necessário um reajuste nas tarifas de ônibus do Brasil inteiro.

Para Bresser Pereira, a flexibilização dos preços não é um estímulo à greve geral do dia 20 de agosto. Segundo ele, os salários não estão congelados e vão ser reajustados pela URP. "E é fundamental que os salários caminhem à frente da inflação".

O ministro explicou o que é flexibilização informal: "É você poder fazer alguns aumentos de preços, liberar alguns setores, porque não vamos ter tudo congelado a vida inteira. Mas o fundamental é que a flexibilização não implica acabar com o congelamento. Implica apenas estabelecer um pequeno aumento nos preços congelados. E nada mais. Depois, tudo fica novamente congelado no preço". Bresser não sabe (ou não quis dizer) quais serão os primeiros produtos a serem descongelados, mas deixou claro que o controle de preços será mantido pelo governo federal.

Ao mesmo tempo, garantiu que a reavindicação de aumento de 30% feito por empresários do setor industrial não será atendida. "Ninguém vai ter esse índice de aumento. Os aumentos serão bem menores. Essas defasagens de preço, desse tamanho, não fazem sentido. Eles estão esquecendo que fazem o aumento pelo pingo. E como os trabalhadores não tiveram aumento pelo pingo, os empresários também não terão. Terão um aumento pela média, que é muito menor do que isso."

No Senado

Amanhã, o ministro Bresser Pereira comparecerá à Comissão Especial da Dívida Externa do Senado. Segundo seus assessores, Bresser fará um relato sobre sua recente viagem aos Estados Unidos, onde manteve contatos com autoridades norte-americanas, FMI, Bird e banqueiros credores do Brasil. Os assessores revelaram que o ministro da Fazenda defenderá junto aos senadores a necessidade do Brasil fechar um acordo com o FMI, logo após chegar a um acordo com os bancos privados.

ETERNA SENZALA?

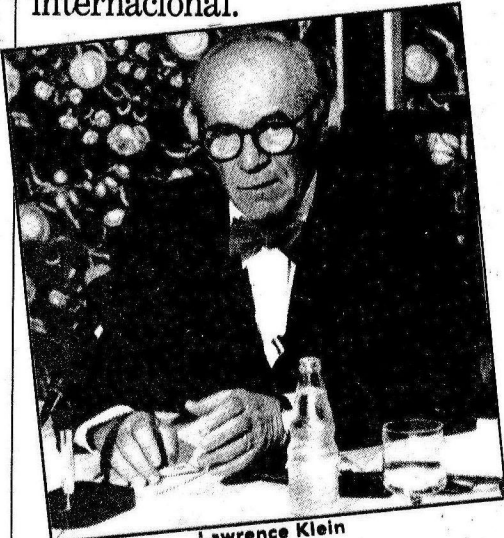
"Se ficarmos à margem da economia do mundo desenvolvido, estaremos fadados a viver numa eterna senzala", afirmou ontem no Rio Luiz Octávio de Motta Veiga, presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), ao defender a necessidade urgente de atualizar a legislação sobre investimentos estrangeiros no Brasil. E apontou o caminho mais adequado para tornar o Brasil uma atraente opção de investimento: definir rapidamente os limites para a conversão da dívida externa em investimentos diretos. Para evitar que o País continue devendo sempre, ele ressaltou, essa conversão deve abranger parte dos juros e do principal da dívida.

Acrescentou que o Brasil já deu o primeiro passo para agilizar a captação de capital estrangeiro para o seu mercado, ao aprovar a criação do Fundo de Investimento Brasil, cujas bases finais acertou com a direção do First Bank of Boston na semana passada, em Nova York.

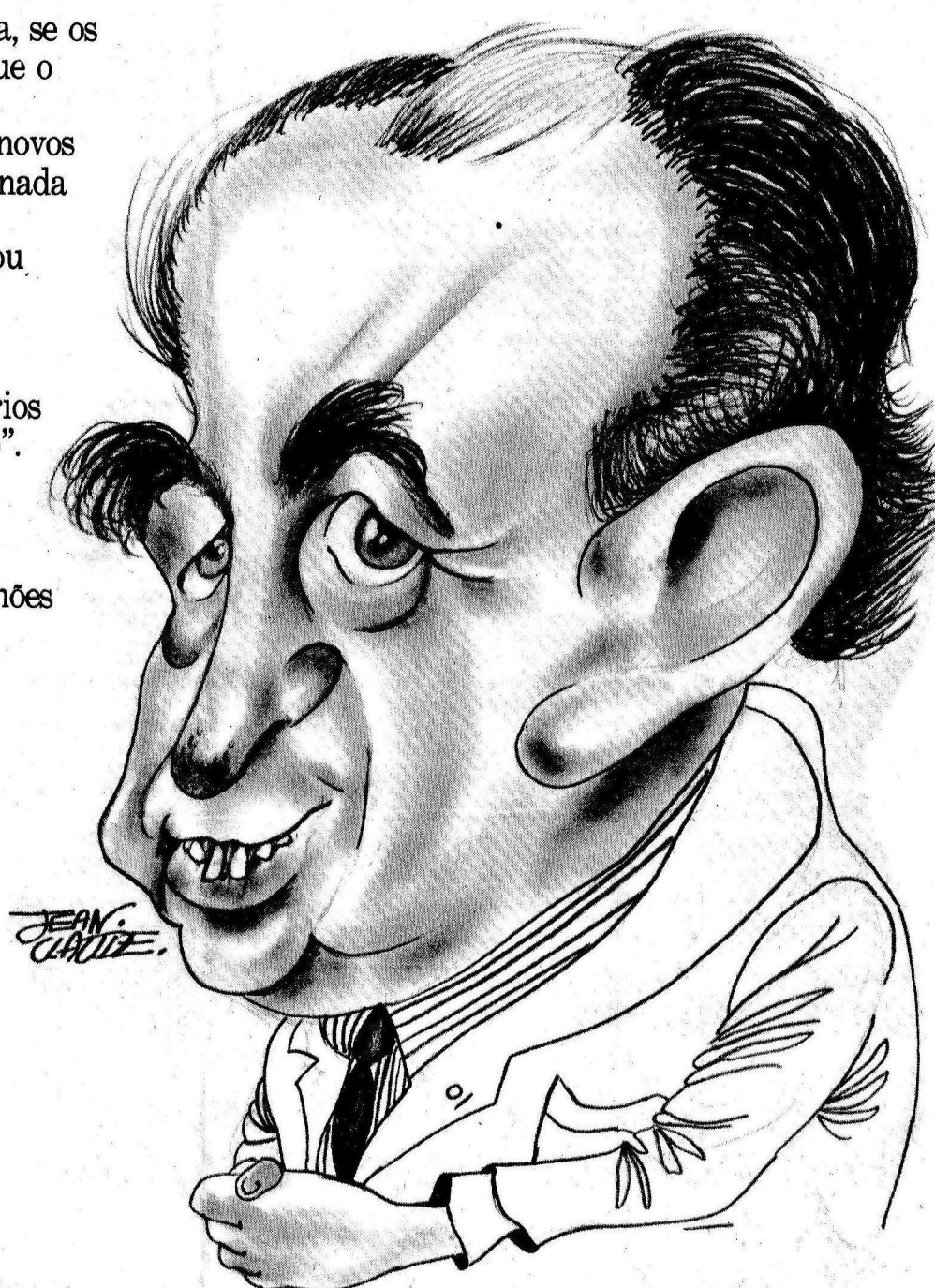
Segundo Motta Veiga, o vencedor da concorrência para a montagem do primeiro Fundo Brasil (o First Bank of Boston) escolheu para administrar o novo mecanismo de captação a empresa Scudder Stevens and Clark, a terceira maior do ramo nos Estados Unidos, que contará com o trabalho auxiliar da Corretora Merrill Lynch e da Finance International Corporation, instituição subordinada ao Banco Mundial.

Ele acrescentou que provavelmente a partir de outubro próximo, começará a colocação das cotas do fundo, cuja responsabilidade pertence agora a seu administrador, o First Bank of Boston.

Segundo o ministro da Fazenda, se os bancos internacionais acham que o Brasil vai chegar a um acordo com o FMI antes de conseguir novos empréstimos, "não vão receber nada enquanto estiverem com essa idéia". Bresser também anunciou que até o dia 12 de setembro terá início o processo formal de "flexibilização" de preços, sendo fundamental que os salários caminhem "à frente da inflação". Em Brasília, seu assessor Yoshiaki Nakano informou que o Japão já estuda uma fórmula para emprestar até US\$ 25 milhões por ano aos devedores, sem a interferência do FMI, que seria substituído na negociação por uma comissão de cooperação internacional.



Lawrence Klein



Idéias para resolver nossa crise. De um Prêmio Nobel.

O Prêmio Nobel de Economia de 1980, Lawrence Klein, defendeu à tarde em São Paulo uma nova política econômica para o Brasil: com liberdade de mercado, sem congelamento ou controle de preços e com aumento real de salários, desvalorização cambial para elevar as exportações, baixo índice de inflação — um conjunto lastreado num pacto social, para ser viável. Klein discutiu sua proposta, de base econômica, num encontro de uma hora com os jornalistas; pela manhã, debatera o mesmo tema, durante duas horas, com alguns dos principais economistas brasileiros, como os ex-ministros Mário Henrique Simonsen e Antônio Delfino Neto e o ex-presidente do BC, Carlos Langoni.

"Recomendamos para o Brasil uma política de rendas, por exemplo como a que foi feita na Áustria. A partir de um plano equilibrado, justo, que contemple a restauração dos salários reais mas que garanta isso sem inflação imediatamente após as concessões pelos empregadores, o que a torna diferente de outras políticas, que usam a política fiscal para contrabalançar o aumento de custo causado pelo aumento salarial", disse Klein.

O principal fator de descrença em relação à política econômica brasileira prende-se ao controle de preços. Mas e se houver uma rápida flexibilização? Sua resposta é a

de que os controles nunca funcionam. Chegou a citar exemplos desse equívoco — a Polônia e a China e, no particular, os próprios Estados Unidos, na época de Carter, insistindo: "Sempre houve problemas quando as autoridades precisaram jogar com os preços". E o resultado, depois dos controles, são um rápido movimento de alta.

Klein, que amanhã abre um seminário internacional promovido pela FGV e pela FEA-USP, entende que a economia brasileira é boa, são boas suas perspectivas e há um grande potencial a desenvolver. O desafio, em sua opinião, é crescer com baixas taxas de inflação, de forma a atrair os investimentos externos. E sempre possível, observou, tratar a inflação à moda dos países desenvolvidos, com políticas fiscal e monetária ortodoxas, mas o risco é de uma grande recessão. E o que propõe é crescer com baixa inflação, juros baixos e um bom plano macroeconômico. "Não é porém um plano de longo prazo, mas para 87 e 88. Restaurada a confiança, haveria uma reestruturação mais fundamental, para tornar a economia mais eficiente". A busca, adiantou, é de "mais produtividade, mais eficiência, mais formação de capital fixo". Para o que, recomendou, deve-se cortar os gastos excessivos do setor público, permitindo mais eficiência do Estado, com melhores resultados a longo prazo ainda que com uma trajetória de crescimento "suave".

Uma promessa de Reagan: trabalhar pela conversão da dívida.

O presidente Ronald Reagan prometeu promover uma forma de conversão de dívida em capital nas empresas envolvidas em projetos de privatização, ou de renovação, ou de reestruturação financeira, ao receber o relatório sobre "as gritantes necessidades" da América Latina, na manhã de ontem.

"O capital não seria exercido por residentes no Exterior mas sim pelos próprios operários", explicou o embaixador do Brasil em Washington, Marcellio Marques Moreira, convidado para o encontro que foi a primeira aparição pública do presidente Reagan após sua pequena operação na pele da ponta do nariz, na última sexta-feira.

"Este é o mecanismo de certa maneira inovador, imaginoso, e que parece ter um potencial também para outras áreas", acrescentou o embaixador, comentando: "No acredito que seja um instrumento que, quantitativamente, tenha um impacto na estrutura da dívida. Mas, qualitativamente, porque atinge esse objetivo de diminuir a dívida, ao mesmo tempo em que tem um caráter nitidamente social de distribuição da propriedade, e que pressupõe a eficiência das empresas, pois serão seus próprios funcionários que saberão, melhor do que qualquer um, zelar pelos padrões de eficiência".

Recomendações

Em termos gerais, o presidente Reagan

prometeu defender a livre iniciativa contra o controle governamental. O relatório que recebeu foi preparado por um ex-embaixador norte-americano na OEA, William Mittendorf, que liderou uma "força-tarefa" da Casa Branca para conclusão do que foi chamado de "Projeto por uma Justiça Econômica". Entre as recomendações que lhe são feitas, estão as de conversão de dívida em capital, a venda de empresas estatais e estímulo para compra de empresas por seus próprios funcionários.

A conversão de dívida em capital poderá envolver a transferência de patrimônio de empresas estatais para bancos internacionais — sugere o relatório preparado pelo ex-embaixador Mittendorf.

"Há uma desesperada necessidade de desenvolvimento econômico na América Latina", reconheceu o presidente Reagan, recebendo os embaixadores latino-americanos na manhã de ontem, na Casa Branca. Ele disse que recomendará a execução de algumas das sugestões do relatório, sem especificar quais. Mas parecia animado com a tendência de empresas em dificuldade passarem para o controle de seus funcionários: "Este é um caminho que beneficia um povo livre". O embaixador Marcellio Marques Moreira lembrou-se de uma grande empresa norte-americana do setor do aço que estava em situação de falência em 1982, e que começou a levantar-se quando seus funcioná-

"O Plano Bresser (Novo Cruzado), como o entendo, teria apenas ganhos temporários. Em 88 estaríamos de volta à posição de hoje", disse o economista.

A Áustria a que Klein se referiu é a de 1970. E mostrou crescimento econômico de 3 a 4% ao ano, excelente para a Europa; baixo desemprego (2 a 3%), e baixa inflação.

O economista defende a desvalorização cambial, mas também impostos sobre a importação de bens supérfluos. A possibilidade de elevar os salários reais ampara-se, segundo sugeriu, no aumento da produtividade. Mas tudo, afirmou, baseia-se num pacto social. Afirmando-se um "acadêmico de fora", Klein disse que "as fontes estrangeiras de capital devem convencer-se das perspectivas dos investimentos no Brasil".

O Prêmio Nobel concordou com a necessidade de conciliar sua proposta com as disparidades na distribuição de renda (já que elevar o salário médio, como propôs, tende a ser insuficiente). Ele também admitiu a dificuldade de um pacto social numa economia com alto grau de informalidade. "Mas o mercado balizará a atividade informal", sugeriu. Além disso, apontou, se a economia crescer mais, haverá menos incentivos para a economia paralela.

Fábio Pahim Jr.

rios assumiram o controle, negociando um acordo com os bancos credores. Hoje, ela está recuperada.

Imobilismo

O presidente Reagan insistiu na livre iniciativa, condenando o imobilismo provocado pela burocracia governamental. "Controles e restrições podem ser bem-intencionados, mas não satisfazem a necessidade do povo." Para ele, "grande parte dos países do Terceiro Mundo está paralisada" por política de governos, quando, ao contrário, suas energias deveriam ser liberadas.

Uma referência à ajuda econômica e militar para a América Central não podia faltar diante de uma audiência de embaixadores latino-americanos. E ele fez prometendo lutar pela aprovação, pelo Congresso norte-americano, de mais 140 a 300 milhões de dólares para os contras da Nicarágua. "Não pense, porém, que estamos confiando apenas em balas", advertiu o presidente, lembrando: "As liberdades econômica e política estão inseparavelmente ligadas. O povo da América Latina precisa saber que a liberdade e a propriedade não são apenas para uma elite... A livre iniciativa não dá lucros apenas para os ricos... e não apenas a homens de negócios, mas qualquer um pode participar".

Moisés Rabinovici, de Washington.

O DINHEIRO JAPONÊS

FMI pode até ficar de fora

Se a proposta atualmente em discussão pelas autoridades japonesas for levada adiante, uma comissão de cooperação internacional, integrada pelos países credores, poderá substituir o Fundo Monetário Internacional (FMI) no processo de negociação entre estes e os países devedores. A informação surgiu ontem, em Brasília, do relato da viagem de uma semana ao Japão do secretário especial de assuntos econômicos do Ministério da Fazenda, Yoshiaki Nakano. O Japão, segundo Nakano, está disposto a emprestar aos países devedores US\$ 25 bilhões ao ano, até o final desta década. Anteriormente, conhecia-se a intenção de se emprestarem apenas US\$ 20,5 bilhões nos próximos três anos.

O secretário informou, ainda, que os japoneses também aceitam discutir a possibilidade do FMI ser substituído pelo Banco Mundial (Bird). Para Nakano, a flexibilidade demonstrada pelos japoneses é um sinal de que o Brasil está conseguindo ser compreendido em suas posições. Contudo, demonstrou um otimismo moderado em relação à chance de uma das duas possibilidades se concretizar.

Nakano acrescentou que as autoridades japonesas ainda continuam colocando o fechamento de acordos com o FMI ou Clube de Paris como condicionantes para que o Brasil obtenha parte dos recursos que o Japão está disposto a emprestar.

O assessor do Ministério da Fazenda observou que a discussão em torno das duas propostas está-se iniciando dentro do governo francês. Revelou ainda que o Ministério das Relações Exteriores daquele país foi o órgão que mostrou mais interesse pela eventual criação da comissão de cooperação. A idéia desta comissão foi apresentada pela Associação Japonesa de Executivos.

Nakano reconheceu que dificilmente a substituição do FMI poderia ocorrer de maneira rápida. Disse que os japoneses ainda não discutiram suficientemente o assunto e nem possuem condições políticas de sugerir a medida a nível internacional. O secretário lembrou que o Japão é o principal aliado econômico dos Estados Unidos que, neste momento, não aceitariam a saída do FMI do cenário.

"Mas o tempo está a nosso favor", afirmou Nakano, acrescentando que o Japão "precisa emprestar rapidamente". O secretário observou que os japoneses têm o plano de redirecionar parte dos superávits comerciais, previstos entre US\$ 60 e US\$ 80 bilhões nos próximos anos, mas que não conseguirão fazer isso com as condições existentes atualmente. Lembrou que os países devedores não conseguirão atender as exigências de acordo com o FMI e Clube de Paris, ou de acordos que imponham políticas econômicas recessivas.

O assessor do Ministério da Fazenda disse acreditar na possibilidade do Japão emprestar dinheiro ao Brasil ainda este ano. Para isso, o Brasil teria que fechar rapidamente um acordo com os bancos credores privados e depois chegar a um entendimento com o FMI ou Clube de Paris.

COMPRANDO DÍVIDA

O economista Alfred Watkins, da comissão mista de Economia do Congresso dos Estados Unidos, defendeu ontem no Rio a criação de um novo departamento ou agência do Banco Mundial, para comprar dos bancos comerciais, com desconto, a dívida dos países do Terceiro Mundo.

Contrário ao Plano Baker, que propõe nova injeção de dólares nos países devedores, Alfred Watkins, que está no Brasil a convite do Serviço de Divulgação e Relações Culturais dos EUA, disse já ser idéia generalizada, entre os membros do Partido Democrata e os críticos daquele plano, que a política de aumento da quantidade de empréstimos aos países devedores deve ser substituída por outra, de redução dos juros das dívidas.

Em entrevista pouco antes de sua palestra sobre "Débito Internacional: o papel dos Estados Unidos e o Plano Baker", na fundação Getúlio Vargas, o especialista em finanças internacionais e dívida externa disse que já existe concordância entre os defensores do Plano Baker e seus críticos, quanto a impossibilidade de as nações latino-americanas crescerem e investirem, ao mesmo tempo em que transferem para o Exterior um volume grande de renda para pagar as dívidas.

O problema é que o plano do senador Baker vê como melhor forma de ajudar os países devedores a concessão dos empréstimos de que eles precisam, enquanto os críticos desse plano acham que isso é contraproducente. Para eles, a melhor maneira de ajudar é reduzir os juros pagos pelos devedores — explicou Watkins.

A idéia de reduzir os juros, levantada pelo deputado Charles E. Schumaker e pelo senador Bill Bradley, ambos do Partido Democrata, está alcançando muita popularidade no Congresso e na Câmara dos Representantes dos Estados Unidos, disse Watkins, bem como a proposta lançada em 1983 pelo professor Peter Kennan, da Universidade de Princeton, de criação de uma agência do Banco Mundial para comprar, dos Bancos comerciais, os papéis referentes às dívidas, com um desconto. Se cada dólar da dívida, explicou ele, fosse comprado, por exemplo, a 60 centavos, os outros 40 seriam perdoados ao país devedor. Alfred Watkins admitiu que essa idéia significa, na prática, a formalização do que já acontece no mercado internacional, no qual os papéis da dívida externa brasileira estão negociados com deságio em torno dos 40%. Ele disse, ainda, que não há um consenso sobre se essa agência seria vinculada ao Banco Mundial ou Fundo Monetário Internacional, mas salientou que o mais importante é a sua criação.

— É uma maneira de estabilizar o sistema financeiro internacional e evitar os processos de acordo para reescalonamento das dívidas, todos os anos — afirmou.

Duas fórmulas alternativas para o pagamento da dívida externa dos países do Terceiro Mundo estão sendo estudadas pelos banqueiros privados e governos dos países credores. A revelação é do deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG), que acaba de retornar de uma viagem aos Estados Unidos, em companhia de outros parlamentares brasileiros. A primeira fórmula tem

boa aceitação dos bancos privados: o país devedor emitiria para os credores bônus no valor real da dívida (no caso do Brasil, US\$ 112 bilhões), os quais seriam comprados pelos Bancos Centrais dos respectivos países com deságio. No caso do Brasil, o deságio foi calculado em 45%, mas o País pagaria integralmente o valor nominal da dívida, com juros baixos, num prazo de 30 a 40

anos e com cinco de carência. A outra fórmula ainda não foi aceita pelos bancos privados: inclui o mesmo modelo de emissão e compra dos bônus, mas os banqueiros assumiriam o deságio da dívida. Segundo Pimenta da Veiga, as duas fórmulas estão sendo estudadas porque o problema da dívida está inibindo o comércio internacional.

Novas propostas para resolver o problema dos devedores